



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9962 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

## REFLEXÕES ENTRE AS NOVAS SÍNTESES TEÓRIAS E O DIÁLOGO INTERCIENTÍFICO NA FORMAÇÃO UNIVIVERSITÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS

Rita Floramar Fernandes dos Santos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Luciane Rocha Paes - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM-CAPES

## REFLEXÕES ENTRE AS NOVAS SÍNTESES TEÓRIAS E O DIÁLOGO INTERCIENTÍFICO NA FORMAÇÃO UNIVIVERSITÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS

O presente texto faz parte de uma discussão em elaboração e tem como intuito promover articulações teóricas sobre a inquirição da possibilidade de efetivação praxiológica de políticas afirmativas para os povos indígenas consolidadas em concepções e práxis da interculturalidade e do diálogo intercientífico no espaço institucional universitário. Esta é uma indagação, ou seja, o problema que permeia a tese em construção denominada ‘Universidade, interculturalidade crítica e o diálogo intercientífico na abordagem de políticas afirmativas e formação para os povos indígenas’ do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas -UFAM. A discussão proposta é de cunho teórico e apresenta dados quanti-qualitativos que vão subsidiar todo o processo de elaboração sistemática deste estudo.

**Palavras-chave:** Políticas Afirmativas; Interculturalidade crítica; diálogo intercientífico; formação na Amazônia; indígenas no ensino superior.

### Considerações iniciais de um campo de estudo

De forma ainda embrionária, questionamos neste ensaio a possibilidade de consolidação das políticas afirmativas para os povos indígenas alicerçadas em concepções e práxis da decolonialidade, interculturalidade e do diálogo intercientífico nas universidades públicas, de modo que se tenha maior abertura a novas sínteses teóricas e abordagens pedagógicas, assim, como diálogo que cobra, sobretudo, respeito aos conhecimentos outros.

O que implica em debater sobre alguns desafios que são trazidos quando se trata de novas sínteses teóricas para formação e questão indígena no ensino superior e na América Latina, pressupondo que para além da interculturalidade crítica, está posto o diálogo intercientífico na conjuntura e discussão do cenário pós-moderno no campo da educação na Amazônia.

Contextualizando a realidade amazônica, causa inquietação a pesquisa do Silvério Horta (2017), parte dela, apresentada em Seminário realizado na Universidade Federal do

Oeste do Pará – UFOPA. O pesquisador mostra que no ano de 2016 estavam funcionando na região norte 227 programas de pós-graduação. Um número razoável afirma em suas propostas dar ênfase à vinculação com a região. Entretanto, na maior parte dos casos, isto não se traduz nas linhas e projetos de pesquisas e nas dissertações e teses neles defendidas. Em 2016 estavam em andamento nos programas da região 745 linhas de pesquisa. A temática amazônica aparece em 85, isto é, em 11% delas. A temática indígena em apenas 4 (0,5%) e o tema da interculturalidade em 2 (0,3%). Nesse mesmo ano estavam sendo desenvolvidos 7.285 projetos de pesquisa. A temática amazônica aparece em 1.223 (17%). A temática indígena em 123 (1,7%) e o tema da interculturalidade em 24 (0,3%).

Dada essa constatação, é inegável que, na região com maior número de povos indígenas no Brasil, é ainda inexpressiva a importância concreta dada pelos pesquisadores na e da Amazônia a este público e seus conhecimentos. Por isso, apostamos na presença deles e o diálogo com seus saberes poderia nos ensinar (e muito) a construir e a vivenciar um novo projeto de universidade, na perspectiva emancipatória e democrática.

### **Universidades Públicas e Povos Indígenas: a UFAM na construção de Política Afirmativa**

Em relação aos povos indígenas, podemos constatar que estes, tem sido vítima de um processo histórico de dizimação, invisibilidade e distanciamento etnocêntrico em relação ao posicionamento da sociedade que os destrata. Mesmo com a Constituição Federal brasileira em voga, assegurando juridicamente importantes direitos a eles, o desrespeito às diferenças socioculturais destes sujeitos não se desvincula de séculos de genocídio e epistemocídio, em pleno século XXI, como imposição da colonização, conseqüentemente, do Estado.

Considerando tal desfecho, eles conclamam a educação escolar em todos os seus âmbitos, como a possibilidade de acesso às universidades públicas através de Políticas Afirmativas (PA), como tentativa de combate a inúmeras desigualdades e futuro esperançoso, intentando formar na academia, representantes de seus povos em áreas de conhecimento que possam ser de utilidade política e possibilidade do bem viver de suas culturas.

Ações e mobilizações indígenas, reivindicando políticas públicas educacionais específicas começaram no Amazonas na década de oitenta, onde surgiu e se consolidou um expressivo movimento de professores indígenas. Organizados inicialmente, como Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre – COPIAR e posteriormente como Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia – COPIAM, atualmente (desde 2016), articulam-se como Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas – FOREEIA.

Historicamente o início do diálogo desta instituição com os indígenas começou com uma demanda do Movimento Indígena feita no ano de 1997, onde a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, pedia ao então reitor, acesso diferenciado, somando-se a outra carta enviada pelo presidente da Missão Indígena da Tribo Ticuna do Alto Solimões – OMITAS, com a mesma intenção

Fruto desse trajeto de luta, tentativa de diálogo e reivindicação temos, na atualidade, alunos indígenas na Universidade Federal do Amazonas atendidos em cursos específicos na graduação ou por meio de cotas na pós-graduação, sem contar aqueles que adentram fora desse processo específico.

A UFAM, única universidade pública de viés federal no Amazonas, ainda caminha a passos lentos na efetivação de uma política de fato e de direito na entrada, permanência e saída exitosa dos indígenas, em se tratado de política afirmativa. O que não quer dizer que ela não se esforce neste sentido, entendendo que a ação afirmativa no ensino superior

(ZONINSEIN e JÚNIOR, 2008) não pode ser entendida como uma política compensatória que atija a redistribuição de recursos, mas sim uma política de investimentos síncrono na formação de capital humano e na eliminação das desigualdades.

Infelizmente, até o presente os patrocinadores e promotores da ação afirmativa a vêm concebendo de modo restrito, como um mero processo burocrático de realocação dos recursos disponíveis, em que os resultados da redistribuição das oportunidades educacionais são automáticos e os custos dos investimentos, inexistentes[...]Como consequência, as preferências raciais e sociais na admissão nas universidades constituem uma política de curto prazo e curto fôlego, de custo reduzido [...] (ZONINSEIN e JÚNIOR, 2008, p.25).

Dado esse entendimento, compartilamos com a ideia de que pensar e fazer política institucional, segundo Catani (2008) é, pois, organizar o espaço dos possíveis, é lidar com limitações, com estratégias desiguais, com alianças e agentes contraditórios, sem perder de vista os objetivos primordiais deste processo.

Na dissertação intitulada A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional, Santos (2008), embasada no parecer de Silva (2007) analisa que, para os povos indígenas, a busca pela universidade é visualizada como mais um instrumental de resistência e construção de novas relações com a sociedade envolvente, através da perspectiva do diálogo intercultural. A formação de quadros - sejam eles lideranças e/ou professores indígenas, dentre outros - figura no cenário da luta indígena como uma das questões de destaque frente à concretização da autonomia e respeito à diferença. Ela ressalva que, quando se fala em acesso ao ensino superior, é necessário apontar que existem outros “desdobramentos” tão ou mais importantes, como a problemática da permanência e da consequente saída exitosa. Ou seja, é preciso pensar em condições concretas que possibilitem novos percursos acadêmicos. Como na maioria das questões que dizem respeito aos povos indígenas, ‘não há uma só resposta, ao mesmo tempo em que não existem respostas únicas, seja pela diversidade de povos existentes no Brasil, seja pela diversidade de histórias de contato, seja pela diversidade de projetos indígenas de presente e futuro’.(SILVA, 2007, p.100)

### **Da interculturalidade crítica ao diálogo intercientífico – do que se trata?**

O entendimento e vivência do conceito de interculturalidade crítica, que para Candau (2016) é um processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver, permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. Em outras palavras, Catherine Walsh (2012) afirma que pensar criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver em uma nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais.

Na atualidade para entender esta conjuntura, utilizamo-nos das Teorias Críticas Latino-Americanas em busca de pensamentos outros, neste escrito, encaminhada com o ato de decolonizar, acrescentamos, o poder em forma de ‘saber’ das Universidades.

A colonialidade do poder, segundo Messias (2018), conduziu os padrões de constituição do saber e do ser à severidade do conhecimento prescrito pela Europa. Que na verdade são maneiras utilizadas para explorar e dominar através da produção do conhecimento e reproduzir um pensamento colonial e de colonialidade *do ser* como a experiência vivida da colonização, acrescenta Maldonado-Torres (2007).

A universidade precisa admitir que o indígena é um novo sujeito em seus corredores,

o que exige novos modos de pensar e agir. Esse debate envereda para o que defendemos como construção de um diálogo intercientífico. Cavalcante et al (2007), acreditam que a Universidade demanda, nos dias atuais, que se estabeleçam diálogos na perspectiva da “intercientificidade”, ou seja ter maior abertura a novas sínteses teóricas, a novas abordagens metodológicas e a novas formas de avaliação. Queremos reforçar que políticas de ação afirmativa em defesa dos povos indígenas têm como alicerce a necessidade desse diálogo.

Delgado (2006), acredita que o diálogo intercientífico pode ser entendido a partir de duas perspectivas. Primeiro, o diálogo que pode demarcar no âmbito da relação de duas ou mais ciências, cuja raiz está dentro do mesmo paradigma e matriz civilizatória, isto é, compartilhar dos mesmos princípios ontológicos, gnosiológicos e epistemológicos. A outra perspectiva, defende que este diálogo pode ser materializado no relacionamento de dois ou mais sistemas de conhecimento científico, cuja matriz civilizatória seja diferente, de modo que os princípios ontológicos, gnosiológicos e epistemológicos são diferentes, mas podem ser complementares.

### **Considerações Finais**

Construir ações e/ou políticas afirmativas com o objetivo de impulsionar e garantir a aplicação de políticas afirmativas pelas instâncias governamentais entre universidades públicas e povos indígenas é uma realidade que já está posta: os imperativos de uma ação afirmativa têm como pilar a não fuga de nossa responsabilidade social.

No que toca ao entendimento e vivência da interculturalidade crítica e de como ela pode servir de aporte para a discussão, ainda recente, sobre o diálogo intercientífico, utilizando dessas duas possibilidades como desafios e proposições epistemológicas onde o intento primordial da decolonialidade do saber é a noção e sentido de um raciocínio crítico e autônomo, para a criação de novas metodologias e estratégias aos campos pedagógicos do saber (DUSSEL, 1997) Diálogo como forma de reconhecer (SOARES e YBARRA, 2019) o conhecimento local, concomitante à sabedoria indígena, reforçada como ciência, sem superioridade e determinismo intelectual entre culturas, povos, etc.

A interculturalidade crítica nesse sentido, precisa extrapolar o muro de uma simples funcionalidade, Tubino (2005) constata que esta ideia é comparada ao modelo neoliberal, que aparenta “promover” diálogos e tolerância entre os diferentes, mas que no fundo, não contribui porque não penetra nas causas das assimetrias que estão impostos, por exemplo, os povos indígenas. Passa a ser uma proposta orientada à construção de sociedades democráticas que associem igualdade e reconhecimento das diferenças culturais, assim como questionar e percorrer caminhos que derrubem o caráter monocultural e ocidentalizante dominante na maioria dos países do continente (Candau, 2016).

### **REFERÊNCIAS**

- CANDAU, V.M. Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- CATANI, A.M. O papel da Universidade Pública hoje: concepção e função. In *Jornal de Políticas Educacionais*. N 4. Julho-dezembro de 2008.
- CAVALCANTE, L.I.P et al. Um curso de licenciatura específico: construindo possibilidades para um diálogo intercultural e intercientífico.16 COLE. ALB. disponível em: [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_antteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss01\\_04.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss01_04.pdf). 2007.
- DUSSEL, Enrique. Oito ensaio sobre cultura Latino-americana e Libertação (1965-

1991).tradução: Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997).

DELGADO, F.E. Dialogo Intercultural e intercientífico. Cosmovision and Sciences, COMPAS/AGRUCO, La Paz, Bolívia, 2006.

HORTA, José Silverio Baia. Pós-graduação na região norte: a ênfase na dimensão regional, UFOPA, 2017

MALDONADO-TORRES, Nelson. La Colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMES, S.; GROSFOGUEL, R. (Eds.). El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Instituto Pensar, 2007)

MESSIAS, C.R. Educação e decolonialidade do saber: um debate entre Michel Foucault, Enrique Dussel e as teorias críticas latino-americanas. Dissertação (Dissertação em educação).USF, Itatiba, 2018.

SANTOS, R.F.F. A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios de uma política institucional. Dissertação (Dissertação em Educação). UFAM, Manaus, 2008.

SILVA, R.H. Inclusão e políticas afirmativas em educação para um Brasil plural: reflexões sobre povos indígenas e ensino superior. Revista da Faculdade de Educação. Porto Alegre, ano XXX, Nº 1, jan/abr., 2007 (p.93-107).

SOARES, M. e YBARRA, L.A.C. La perspectiva del dialogo intercientífico: una directiva para transdisciplinaridad cultural y epistemológica. Ver. De Pós-graduação em Relações étnicas e Contemporaneidade – UESB. Vol 4, num 7, Janeiro-Junho de 2019.

TUBINO, Fidel. Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico. 2005. Disponível em:. Acesso em: 20 jan. 2020.

WALSH, Catherine. Pedagogias decoloniales – Práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I – Série Pensamiento Decolonial Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2012.

ZONINSEIN, Jonas; FERES JÚNIOR, João (Org.). Ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 200